

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	04
1.1 FINALIDADE.....	04
1.2 ÂMBITO.....	04
1.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	04
2 CONCEITUAÇÕES.....	05
3 PARTICIPAÇÃO DO DEPED EM PROJETOS.....	11
3.1 ATIVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO DEPED.....	11
3.2 FASES E SUBFASES DO CICLO DE VIDA.....	11
3.3 ORIENTAÇÃO GERAL PARA CONDUÇÃO DO PROJETO NO SDDP.....	12
4 ATRIBUIÇÕES (PROJETOS DE RESPONSABILIDADE DO SDDP).....	13
4.1 CENTRO TÉCNICO AEROESPACIAL - CTA.....	13
4.2 SUBDEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMAS - SDDP.....	13
4.3 GERENTE COORDENADOR DO PROJETO.....	14
4.4 GERENTE TÉCNICO DO PROJETO.....	16
4.5 GERENTE LOGÍSTICO DO PROJETO.....	17
4.6 GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE - GAC.....	18
5 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	19
5.1 PRAZOS.....	19
5.2 TRÂMITE DE DOCUMENTAÇÃO.....	20
5.3 CASOS NÃO PREVISTOS.....	20

ANEXO:

1- ESTRUTURA GERENCIAL DO PROJETO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Estabelecer as atribuições, as competências e as premissas básicas que devem nortear a participação do DEPED em Projetos de Pesquisa/Desenvolvimento, Produção, Implantação e Revitalização/Modernização de Materiais Aeroespaciais de Emprego Militar (MAEM) a cargo do SDDP, orientando o processo de condução das atividades pertinentes.

1.2 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se ao DEPED e a todas as organizações subordinadas envolvidas nos Projetos a cargo do SDDP, bem como serve de orientação às organizações não pertencentes à sua linha de comando.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

a) Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 - Licitações e Contratos Administrativos.

b) Portaria nº 182/GC3, de 27 de fevereiro de 2003 - Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1).

c) Portaria nº R-102/GM3, de 26 de março de 1992 - Aprova a Diretriz sobre Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica (DMA 400-6).

d) Portaria DEPED nº 039/DG-2, de 28 de outubro de 1986 - Aprova as Instruções para Elaboração do Plano de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica (IMA 80-3).

e) Portaria nº 633/GM4, de 18 de setembro de 1997 - Aprova as Instruções para Homologação de Material Aeroespacial de Emprego Militar e de Empresas que se disponham a executar serviços relacionados com esse material (IMA 80-2).

2 CONCEITUAÇÕES

2.1 ACEITAÇÃO - Ato formal no qual o Responsável Técnico ou Gerente Técnico, conforme o caso, informa à Comissão de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual, via GAC e por meio de um Termo de Aceitação, que a Etapa apresentada pela Contratada está de acordo com os requisitos contratuais.

2.2 CICLO DE VIDA - É o conjunto de procedimentos no âmbito do COMAER e das empresas contratadas, que cobre o espectro que vai desde a detecção de uma necessidade operacional, seu atendimento por meio de um MAEM, seu emprego, estendendo-se até sua desativação.

2.3 COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE ETAPA - Equipe do COMAER composta de no mínimo 3 (três) pessoas, encarregada do Recebimento Definitivo de Etapa, prevista no cronograma físico-financeiro de um contrato, designada pelo Diretor-Geral do DEPED, conforme publicação em boletim reservado, e necessária quando o Contrato não prever aceitação.

2.4 COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBJETO CONTRATUAL - Equipe composta de no mínimo 3 (três) pessoas, encarregada do Recebimento Definitivo do Objeto de um Contrato, designada pelo Diretor-Geral do DEPED, conforme publicação em boletim reservado. É composta, preferencialmente, por: Gerente Coordenador do Projeto, Gerente Técnico/Logístico e Chefe do GAC.

2.5 CONVALIDAÇÃO DO MAEM - Reconhecimento oficial, por parte dos órgãos competentes do COMAER, por intermédio de um certificado de convalidação, que determinado material, produzido por uma empresa diferente daquela que obteve a homologação do material, está em conformidade com os requisitos de segurança e de cumprimento da missão aprovados.

2.6 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - PRELIMINAR - Documento elaborado pela empresa, o qual representa o conjunto de dados técnicos que definem as características, os parâmetros de desempenho e as funções do MAEM, respeitando o grau de sigilo imposto pelo EMAER.

2.7 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - FINAL - Documento elaborado pela empresa, a partir da Especificação Técnica Preliminar e das Ordens de Modificação acordadas, que serve como referência para a Fase de Produção do MAEM, respeitando o grau de sigilo imposto pelo EMAER.

2.8 ETAPA - Bens e/ou serviços a serem apresentados por uma empresa, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro de um contrato colocado pelo COMAER.

2.9 FASE CONCEPTUAL - Fase em que se procede a detecção de uma necessidade e a elaboração dos requisitos preliminares para o MAEM, quer sejam operacionais (ROP) ou técnicos, logísticos e industriais (RTLIP), destinados à satisfação dessa necessidade.

2.10 FASE VIABILIDADE - Fase em que, interativamente, é feito um planejamento sintético do Ciclo de Vida, com a colaboração de todas as organizações intervenientes, onde são analisadas todas as alternativas, avaliados os riscos, os prazos, o custo/benefício e decidida a estratégia de realização.

2.11 FASE DEFINIÇÃO - Decidida a estratégia de realização, é feito, nesta fase, um estudo detalhado para a definição do MAEM, incluindo: estudos de engenharia, modelos para simulação, objetivos de nacionalização e Planos Preliminares de Pesquisa e Desenvolvimento e de Capacitação Industrial. São também definidos os ROB, os RTLIP, as especificações de projeto e os objetivos de custo e de prazo. Esta fase termina com a seleção da(s) empresa(s) para a pesquisa e desenvolvimento (ou para a produção) e a elaboração da(s) minuta(s) de contrato(s).

2.12 FASE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - Fase em que o projeto de um material ou sistema é conduzido para um estágio em que esteja pronto para entrar em produção seriada, após a construção e ensaio dos protótipos.

2.12.1 Nesta fase, são executados os Planos de Pesquisa e Desenvolvimento, de Nacionalização e Transferência de Tecnologia e de Verificação, Ensaio e Homologação.

2.12.2 São também confeccionados os Planos de Implantação e tomadas as providências sobre a seleção de empresas e a elaboração das minutas de contratos, visando à preparação para a produção.

2.13 FASE PRODUÇÃO - Esta fase segue-se normalmente à fase de Pesquisa/Desenvolvimento no momento em que houver segurança suficiente do êxito do projeto e a respectiva autorização do Comandante da Aeronáutica.

2.13.1 A realização desta Fase se caracteriza pela formalização de um contrato de produção ou de compra de um material ou sistema. Também inclui o conceito de industrialização.

2.13.2 Nesta fase a Logística deve ser toda delineada e deve ser adquirida a logística inicial (publicações técnicas, treinamento, equipamentos de apoio no solo e itens de suprimento para os

primeiros anos de operação), a fim de garantir os prazos de entrada em serviço do material ou sistema.

2.14 FASE IMPLANTAÇÃO - Fase em que se procedem as ações, no âmbito do COMAER, de forma a prepará-lo para receber, distribuir e ativar ou empregar operacionalmente o MAEM, bem como proporcionar-lhe o necessário apoio logístico.

2.15 FASE UTILIZAÇÃO - Fase em que se desenvolvem as atividades operacionais e logísticas, abrangendo, também, os aspectos de controle da garantia, avaliação de desempenho e análise da expectativa de vida do MAEM adquirido.

2.16 FASE REVITALIZAÇÃO/MODERNIZAÇÃO - Fase em que são introduzidas modificações e/ou são substituídas partes do MAEM, o qual tornou-se obsoleto ou desatualizado tecnologicamente, tendo gerado dificuldades no suprimento, na manutenção ou na própria operação. Tais modificações e/ou substituições têm por objetivo a restauração ou evolução da capacidade operacional e funcional do MAEM, a qual sofreu perda ou degradação de sua eficiência, no decorrer da Fase de Utilização.

2.17 FASE DESATIVAÇÃO - Fase que trata do planejamento e execução da retirada do material ou sistema do serviço e sua conseqüente alienação ou inutilização.

2.18 GERÊNCIA DO PROJETO - Estrutura gerencial que conta com a participação de diversos setores do COMAER, destinada a executar as atividades gerenciais do Projeto.

2.19 GERENTE COORDENADOR DO PROJETO - O Gerente Coordenador do Projeto é o responsável pela condução, no âmbito do COMAER, das questões relativas ao Projeto.

2.20 GERENTE LOGÍSTICO - Membro da estrutura gerencial do Projeto, responsável pela ligação com o Gerente Coordenador para o trato dos assuntos ligados à área de Logística do COMAER.

2.21 GERENTE TÉCNICO - Membro da estrutura gerencial do Projeto responsável pela aceitação das Etapas do Contrato.

2.22 GERENTE OPERACIONAL - Membro da estrutura gerencial do Projeto, responsável pela ligação com o Gerente Coordenador para o trato dos assuntos ligados à área Operacional do COMAER.

2.23 HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESAS E DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS - Reconhecimento oficial, por parte dos órgãos competentes do COMAER, através de um certificado de homologação, de que a situação organizacional, a capacidade técnica, industrial e de garantia da qualidade de empresas públicas, privadas, de capital

misto ou de órgãos governamentais foram consideradas satisfatórias para executar as atividades de desenvolvimento, produção, manutenção e armazenamento de um determinado MAEM, estando em conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.24 HOMOLOGAÇÃO DE MAEM - Reconhecimento oficial, por parte dos órgãos competentes do COMAER, através de um certificado de homologação, que esse material está em conformidade com os requisitos de segurança e de cumprimento da missão aprovados.

2.25 INDUSTRIALIZAÇÃO - É o conjunto de atividades destinadas a preparar a indústria para elaboração de um dado MAEM.

2.26 MATERIAL AEROESPACIAL DE EMPREGO MILITAR - Qualquer sistema aeronáutico (material, logístico ou bélico), operado do solo, embarcado ou espacial, bem como seus sobressalentes, acessórios e quaisquer serviços a estes relacionados, de uso privativo e característico do Comando da Aeronáutica.

2.27 MODERNIZAÇÃO - É a modificação introduzida no MAEM, ou sua total substituição com a finalidade de atualizá-lo e readequá-lo às necessidades operacionais. Normalmente, uma modernização decorre de alterações nos ROB e/ou RTLIB originais e implica em algum tipo de desenvolvimento, testes e em uma homologação suplementar de tipo.

2.28 MODIFICAÇÃO - Qualquer alteração levada a efeito em projeto já aprovado.

2.29 NECESSIDADE OPERACIONAL (NOP) - É uma carência ou deficiência constatada, cuja superação, para o cabal desempenho da missão do COMAER, depende do fornecimento de um novo MAEM, ou de modificações em um MAEM já existente. Neste conceito, inserem-se, também, as necessidades logísticas.

2.30 ORDEM DE MODIFICAÇÃO (ODM) - Documento acordado entre o COMAER e uma empresa, formalizando as alterações a serem feitas numa Especificação Técnica Preliminar.

2.31 PEDIDO DE OFERTA - Documento formal que define as características de um objeto e demais condições para que uma empresa apresente uma oferta técnico-comercial, com vistas a uma eventual contratação.

2.32 PLANO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO - Documento acordado entre o COMAER e uma empresa, onde são estabelecidos os métodos e procedimentos de verificação da conformidade do projeto frente aos requisitos estabelecidos em contrato.

2.32.1 Compõe-se de uma relação detalhada, descrevendo todos os requisitos técnicos aplicáveis, fazendo referência aos documentos que lhe deram origem (cláusula contratual, especificação técnica ou qualquer requisito previamente estabelecido), bem como a forma como esses requisitos serão cumpridos (análise, ensaios no solo, ensaios em voo, inspeção de conformidade, etc.).

2.33 PONTO FOCAL - Oficial, designado pelo Comandante ou Diretor do respectivo órgão setorial do COMAER, com a competência de conduzir as atividades de responsabilidade de seu setor.

2.34 PROJETO DE PESQUISA/DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E/OU IMPLANTAÇÃO - Projeto que tem por objetivo desenvolver, produzir e/ou implantar no COMAER um MAEM.

2.35 QUALIFICAÇÃO DE MAEM - Reconhecimento oficial, por parte dos órgãos competentes do COMAER, por intermédio de um certificado de qualificação, que o material está em conformidade com os requisitos que asseguram o seu emprego em um sistema.

2.36 RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE ETAPA - Ato formal pelo qual se verifica, preliminar e quantitativamente, a etapa apresentada por uma empresa, emitindo um correspondente Termo de Recebimento Provisório de Etapa.

2.37 RECEBIMENTO DEFINITIVO DE ETAPA - Ato formal pelo qual a Comissão de Recebimento Definitivo de Etapa verifica se a Etapa apresentada pela Empresa está de acordo com os requisitos contratuais.

2.38 RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO CONTRATUAL - Ato formal pelo qual a Comissão de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual verifica se todas as etapas constantes de um objeto contratual foram recebidas, emitindo o correspondente Termo de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual.

2.39 REPRESENTANTE DA GARANTIA DA QUALIDADE (RGQ) - Representante designado pelo COMAER para exercer a atividade de Verificação da Qualidade em empresas contratadas e órgãos governamentais.

2.40 REQUISITOS OPERACIONAIS PRELIMINARES (ROP) - Os ROP consistem na descrição inicial das características de desempenho que o MAEM deverá apresentar, em termos qualitativos e quantitativos, levando em conta a sua missão ou aplicação e a sua segurança em serviço. Servem de orientação para as Fases Conceptual, de Viabilidade e de Definição.

2.41 REQUISITOS OPERACIONAIS BÁSICOS (ROB) - Os ROB consistem numa atualização dos ROP, à luz dos estudos e decisões tomadas durante as Fases Conceptual, de Viabilidade e de Definição.

2.42 REQUISITOS TÉCNICOS, LOGÍSTICOS E INDUSTRIAIS PRELIMINARES (RTLIP) - Os RTLIP decorrem dos ROP e consistem na fixação das características técnicas, industriais e logísticas preliminares que o MAEM deverá ter para cumprir os ROP. Estes requisitos ficarão reduzidos aos técnicos e logísticos preliminares (RTLP), para o caso de uma simples aquisição de MAEM já existente no mercado.

2.43 REQUISITOS TÉCNICOS, LOGÍSTICOS E INDUSTRIAIS BÁSICOS (RTLBI) - Os RTLBI decorrem dos ROB e constituem a fixação das características técnicas, industriais e logísticas básicas que o MAEM deverá ter para cumprir o ROB. Estes requisitos ficarão reduzidos aos técnicos e logísticos básicos (RTLB), para o caso de uma simples aquisição de MAEM já existente no mercado.

2.44 REVITALIZAÇÃO - É o trabalho executado em um MAEM com a finalidade de restaurar sua capacidade operacional e/ou prolongar sua vida útil (dando continuidade ao atendimento dos ROB originais), através de aplicação de boletins de serviços, substituição de partes estruturais, e de componentes ou equipamentos, desde que tal substituição não implique uma homologação suplementar de tipo.

2.45 TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE ETAPA - Documento circunstanciado que atesta o recebimento provisório de uma determinada etapa.

2.46 TERMO DE ACEITAÇÃO DE ETAPA - Documento circunstanciado, emitido por órgão técnico do COMAER, informando à Comissão de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual, via GAC, que determinada Etapa apresentada pela Contratada foi verificada e está de acordo com os requisitos contratuais, sendo considerada aceita.

2.47 TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE ETAPA - Documento circunstanciado, emitido pela Comissão de Recebimento Definitivo de Etapa, que atesta o recebimento definitivo de uma determinada etapa.

2.48 TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO CONTRATUAL - Documento circunstanciado, emitido pela Comissão de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual, que atesta o recebimento definitivo de um objeto contratual.

2.49 VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE - Atividade que os Representantes da Garantia da Qualidade (RGQ) executam junto às empresas, durante toda a vigência dos contratos, para assegurar ao COMAER a conformidade dos MAEM aos requisitos estabelecidos, nas fases de projeto/desenvolvimento e produção.

3 PARTICIPAÇÃO DO DEPED EM PROJETOS

3.1 ATIVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO DEPED

3.1.1 O atendimento satisfatório de uma necessidade operacional ou logística depende do planejamento e das ações executadas por diversos setores do COMAER, que incluem, entre outras, aquelas referentes ao desenvolvimento, à produção e à implantação de um MAEM.

3.1.2 Em atenção ao disposto na DMA 400-6 ("Ciclo de vida de Sistemas e Materiais de Aeronáutica"), com a finalidade de realizar as ações de sua responsabilidade, o DEPED ativa um Projeto, cujo gerenciamento é de competência do Subdepartamento de Desenvolvimento e Programas (SDDP) ou de uma de suas Organizações Subordinadas, dependendo do caso.

3.2 FASES E SUBFASES DO CICLO DE VIDA

3.2.1 De acordo com a DMA 400-6, o DEPED é responsável pela Direção de Programa das seguintes fases do Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais:

- a) Viabilidade;
- b) Definição;
- c) Pesquisa e Desenvolvimento;
- d) Produção; e
- e) Revitalização e Modernização.

3.2.2 Quanto às demais fases e subfases do Ciclo de Vida, o DEPED possui diversas responsabilidades, apontadas na DMA 400-6, dentre as quais destacam-se:

- a) a proposta de Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais;
- b) o planejamento do Ciclo de Vida;
- c) a organização gerencial e o estudo de definição;
- d) a organização do processo de seleção de empresas;
- e) a contratação da produção ou da aquisição; e
- f) as propostas de revitalização, modernização e desativação.

3.2.3 A participação do DEPED, em cada fase e subfase do Ciclo de Vida, acompanhará o disposto na DMA 400-6, bem como será executada por meio da estrutura gerencial dimensionada para o Projeto ativado.

3.2.4 Tal estrutura gerencial é flexível e varia de acordo com as necessidades de cada Projeto, bem como conta com ligações sistêmicas com as demais organizações e instituições envolvidas no mesmo.

3.3 ORIENTAÇÃO GERAL PARA CONDUÇÃO DO PROJETO NO SDDP

3.3.1 O SDDP é responsável por estabelecer os contatos necessários para montar e manter em funcionamento a Gerência do Projeto, conforme modelo apresentado no Anexo 1.

3.3.2 Sempre que necessário, o Gerente Coordenador do Projeto recorrerá aos representantes dos demais órgãos setoriais do COMAER envolvidos, designados formalmente pelos Comandantes das Organizações que representam, para dar curso às ações referentes ao Projeto.

3.3.3 Quando houver um contrato efetivo, o fluxo de recebimento e pagamento de etapas deverá seguir o estabelecido para cada contrato.

3.3.4 Para o acompanhamento e controle das atividades referentes a um contrato, poderá ser ativado, junto à empresa principal contratada, um Grupo de Acompanhamento e Controle (GAC) específico.

4 ATRIBUIÇÕES (PROJETOS DE RESPONSABILIDADE DO SDDP)

4.1 CENTRO TÉCNICO AEROESPACIAL - CTA

4.1.1 O CTA tem as seguintes atribuições:

a) escolha e designação do Gerente Técnico do Projeto e definição do relacionamento desse Gerente com os Institutos, de acordo com as atribuições do Centro previstas no Projeto;

b) participação no Projeto, conforme previsto no seu Planejamento Detalhado;

c) homologação das empresas e dos órgãos governamentais envolvidos no Projeto (IMA 80-2);

d) homologação/convalidação/qualificação do MAEM (IMA 80-2);

e) execução das atividades de Verificação da Qualidade, durante as Fases de Pesquisa/Desenvolvimento e de Produção do MAEM, por intermédio do Representante da Garantia da Qualidade (RGQ);

f) encaminhamento ao SDDP, por meio do DEPED, das necessidades de recursos para atender ao Projeto.

4.2 SUBDEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMAS - SDDP

4.2.1 O SDDP tem as seguintes atribuições:

a) gerenciamento dos programas de aquisição, modernização e de desenvolvimento de sistemas e materiais aeronáuticos afetos ao DEPED;

b) supervisão das atividades de desenvolvimento e de coordenação industrial;

c) coordenação e supervisão das atividades de mobilização industrial, de homologação e de compensação comercial, industrial e tecnológica.

d) supervisão e acompanhamento das atividades de homologação de Materiais Aeroespaciais de Emprego Militar (MAEM);

e) acompanhamento das atividades de homologação de empresas fabricantes de MAEM;

f) estabelecimento dos contatos necessários para montar e manter em funcionamento as Gerências dos Projetos;

g) escolha e designação do Gerente Coordenador do Projeto;

- h) solicitação ao CTA, por meio do DEPED, das necessidades de recursos para atender ao Projeto;
- i) solicitação ao COMGAP, por meio do DEPED, da designação de um Gerente Logístico para o Projeto;
- j) solicitação ao COMGAR, por meio do DEPED, da designação de um Gerente Operacional para o Projeto;
- k) assessoramento ao DEPED com vistas à aprovação, pelo EMAER, dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais;
- l) controle e envio de cópias dos contratos e respectivos termos aditivos colocados junto às empresas, para os órgãos envolvidos no Projeto;
- m) designação da Comissão de Seleção para o Processo de Seleção do MAEM;
- n) proposição ao EMAER, por meio do DEPED, da aprovação de derrogações ou alterações nos ROP/ROB, se necessário;
- o) indicações dos membros da Comissão de Recebimento Definitivo de Etapa; e
- p) indicação dos membros da Comissão de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual.
- q) manutenção do controle sobre as Comissões dos Contratos (designações e atualizações).

4.3 GERENTE COORDENADOR DO PROJETO

4.3.1 O Gerente Coordenador do Projeto tem as seguintes atribuições:

- a) controle de todas as atividades relativas ao Projeto;
- b) elaboração da proposta de Ciclo de Vida Específico do Projeto;
- c) elaboração da proposta de ICA para regulamentar a Estrutura Gerencial do Projeto;
- d) coordenação das atividades de implantação da Estrutura Gerencial do Projeto;
- e) coordenação do processo de escolha, indicação e designação dos gerentes técnico, logístico e operacional, bem como dos pontos focais do Projeto;

- f) elaboração dos documentos de informação e de acompanhamento previstos para o Projeto;
- g) coordenação das atividades de elaboração dos documentos previstos no Ciclo de Vida Específico do Projeto (Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Preliminares - RTLIP, Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Básicos - RTLIB, etc.), previstos na DMA 400-6 "Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica";
- h) coordenação das atividades de elaboração do Estudo de Viabilidade do Projeto;
- i) condução, em coordenação com a DAFC, das negociações de todos os contratos do Projeto, dos seus termos aditivos e das eventuais rescisões dos mesmos;
- j) elaboração, sob a orientação e coordenação da DAFC, das minutas de todos os contratos do Projeto, dos seus termos aditivos e das eventuais rescisões dos mesmos;
- k) acompanhamento da tramitação de todos os contratos do Projeto, dos seus termos aditivos e das eventuais rescisões dos mesmos;
- l) acompanhamento da tramitação dos eventuais financiamentos externos para as atividades do Projeto;
- m) elaboração do cronograma físico-financeiro consolidado do Projeto;
- n) elaboração, sob a coordenação da DAFC, da proposta orçamentária do projeto;
- o) coordenação do provimento dos "Government Furnished Facilities" - GFF e "Government Furnished Equipment" - GFE necessários para as atividades do Projeto;
- p) implantação de um sistema de informação entre a Gerência do Projeto e os componentes da Estrutura Gerencial do Projeto;
- q) implantação de um sistema de informação entre a Estrutura Gerencial do Projeto e as empresas contratadas;
- r) estabelecimento dos procedimentos de salvaguarda dos assuntos sigilosos no âmbito do Projeto;
- s) manutenção, nas condições exigidas, dos processos administrativos de contratação e de execução contratual do Projeto, para fins de auditoria interna da SEFA e do Tribunal de Contas da União - TCU;
- t) preparação, e permanente atualização, de uma apresentação, do tipo palestra, a respeito do Projeto;

- u) elaboração, quando determinado, de propostas de informações para a imprensa a respeito dos fatos relevantes do Projeto; e
- v) permanente atualização, do Chefe do SDDP, a respeito dos fatos relevantes do Projeto.
- w) coordenação geral das atividades junto aos Gerentes Técnico, Logístico e Operacional;
- x) elaboração dos pedidos de oferta;
- y) coordenação geral da análise das ofertas apresentadas pelas empresas participantes;
- z) supervisão da elaboração da Especificação Técnica Preliminar, do Plano de Verificação e Aceitação, do Plano de Aprovação de Publicações Técnicas e do Plano de Apoio ao Emprego;
- aa) Execução das seguintes atividades, em coordenação com o Gerente Logístico:
 - definição do objeto da logística inicial para o contrato de produção; e
 - negociação dos contratos com as empresas nos assuntos que envolvem a logística do Projeto;
- bb) execução das atividades de gerenciamento dos contratos colocados junto às empresas;
- cc) acompanhamento da liberação dos pagamentos relativos ao cumprimento das etapas;
- dd) coordenação das reuniões de Revisão de Projeto junto às empresas participantes e demais setores envolvidos;
- ee) coordenação das alterações a serem introduzidas na Especificação Técnica Preliminar, assessorando o EMAER quando estas alterações contrariarem o Requisito; e
- ff) assessoramento ao SDDP para aprovação de proposta de derrogações contratuais, de alterações na Especificação Técnica Preliminar e de Atividades Aditivas para o Projeto;

4.4 GERENTE TÉCNICO DO PROJETO

4.4.1 O Gerente Técnico do Projeto tem as seguintes atribuições:

- a) elaboração, em coordenação com os Diretores dos Institutos envolvidos e obedecendo ao contido no Planejamento Detalhado do Projeto, do planejamento anual das necessidades e do esforço do CTA para apoio ao projeto;

b) coordenação, no âmbito do CTA, das atividades de elaboração dos Requisitos Técnicos e Industriais, da Especificação Técnica Preliminar, do Plano de Verificação e Aceitação, do Plano de Aprovação de Publicações Técnicas e a análise da evolução dos mesmos;

c) coordenação, no âmbito do CTA, da análise das ofertas apresentadas pelas empresas e elaboração do Plano de Apoio de Emprego, quanto ao aspecto técnico;

d) assessoramento na elaboração dos pedidos de oferta, nos assuntos de sua competência;

e) assessoramento na negociação dos contratos colocados junto às empresas, nos assuntos de sua competência;

f) coordenação da análise das etapas contratuais pertinentes, junto aos setores do CTA;

g) assessoramento técnico ao Gerente Coordenador do Projeto na negociação dos contratos junto às empresas, na aprovação de propostas de derrogações contratuais, nas alterações da Especificação Técnica Preliminar e na contratação de Atividades Aditivas para o Projeto;

h) encaminhamento ao órgão pertinente do CTA, para análise, das etapas contratuais relacionadas com a verificação do cumprimento de requisitos técnicos definidos em contrato;

i) emissão do Termo de Aceitação, quando a análise de cada Etapa obtiver parecer satisfatório, e encaminhamento à Comissão de Recebimento Definitivo de Objeto Contratual, via GAC;

j) controle, quando for o caso, da contabilidade de vãos e outras atividades, em confronto com o previsto no contrato;

k) informação ao Conselho de Direção do CTA sobre o andamento do Projeto;

l) coordenação das providências necessárias para que as equipes participantes das atividades de ensaio do Projeto mantenham-se atualizadas com a configuração dos protótipos e espécimes de ensaio;

m) providências para que as equipes de ensaios estejam cobertas por seguro, quando isto for aplicável;

n) providências para que todos os participantes do Projeto, na área técnica, observem o prescrito no contrato, com relação à segurança das informações do Projeto;

o) providências para que toda a documentação técnica gerada pelo Projeto seja organizada e mantida no Centro Técnico Aeroespacial (CTA); e

p) providências para garantir a participação de especialistas nas atividades significativas do Projeto, bem como nas verificações que visem à aceitação de etapas contratuais.

4.5 GERENTE LOGÍSTICO DO PROJETO

4.5.1 O Gerente Logístico do Projeto tem as seguintes atribuições sistêmicas, sob a coordenação do Gerente Coordenador do Projeto:

a) elaboração, em coordenação com os vários setores do COMGAP e obedecendo o contido no Planejamento Detalhado do Projeto, do planejamento anual das necessidades e do esforço da área Logística para apoio ao Projeto;

b) Coordenação das atividades de elaboração dos Requisitos Logísticos;

c) Assessoramento na elaboração dos Pedidos de Oferta, nos assuntos de sua competência;

d) Coordenação da análise das Ofertas colocadas pelas empresas e elaboração do Plano de Apoio de Emprego, quanto ao aspecto Logístico;

e) Assessoramento na negociação dos contratos colocados junto às empresas, nos assuntos de sua competência;

f) Coordenação da análise das etapas contratuais pertinentes, junto à área logística;

g) Assessoramento técnico ao Gerente Coordenador do Projeto na negociação dos contratos junto às empresas, na aprovação de propostas de derrogações contratuais, nas alterações da Especificação Técnica Preliminar e na contratação de Atividades Aditivas para o Projeto;

h) Emissão do Termo de Aceitação, quando a análise de cada Etapa obtiver parecer satisfatório, e encaminhamento à Comissão de Recebimento Definitivo de Objeto Contratual, via GAC;

i) Providências para que todos os participantes do Projeto na Área Logística observem o prescrito no contrato, com relação à segurança das informações do Projeto;

j) Providências para garantir a participação de especialistas nas atividades significativas do Projeto, bem como nas verificações que visem à aceitação de etapas contratuais.

4.6 GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE - GAC

4.6.1 O GAC tem as seguintes atribuições:

a) análise dos custos industriais da empresa, a fim de determinar o valor das taxas-horárias que serão utilizadas nas negociações dos contratos;

b) a participação nas análises técnicas, econômicas e financeiras das propostas técnico-comerciais apresentadas pelas empresas;

c) assessoramento aos Gerentes de Projeto nas negociações dos contratos;

- d) controle, junto às empresas, do andamento das atividades contratadas em função do cronograma físico-financeiro;
- e) propor medidas corretivas para eventuais desvios surgidos, quando do acompanhamento do cronograma físico-financeiro dos contratos;
- f) controle, junto às empresas, do cumprimento das normas de segurança do conhecimento e da salvaguarda dos assuntos sigilosos;
- g) manutenção do registro dos dados e informações relevantes dos Projetos;
- h) emissão dos relatórios necessários, de modo a proporcionar um conhecimento contínuo do processo de cada Projeto;
- i) controle do processo de entrega dos itens "GFE, GFD ou GFF";
- j) controle dos bens do Comando da Aeronáutica colocados à disposição da empresa para as atividades dos Projetos;
- k) atuação como protocolo dos documentos oficiais dos Projetos, no seu curso entre a empresa e a Gerência do Projeto, devendo manter um sistema de controle e recuperação daqueles documentos;
- l) atuação, quando previsto, como organização responsável pelo Recebimento Provisório dos contratos;
- m) atuação, quando previsto, como organização responsável pelo Recebimento Definitivo dos contratos; e
- n) assessoramento e apoio aos gerentes técnicos, logísticos e operacionais em suas atribuições nos projetos.
- o) assessoramento ao SDDP nas análises das propostas dos planos de capacitação das empresas;
- p) apoio aos gerentes nas atividades relativas à execução do Projeto; e
- q) encaminhamento de toda a documentação, que depende de análise do CTA, ao Gerente Técnico do Projeto.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 PRAZOS

5.1.1 A presente Instrução entrará em vigor na data da Portaria de sua aprovação.

A organização prevista para cada Projeto vigorará até o término do mesmo.

5.2 TRÂMITE DE DOCUMENTAÇÃO

5.2.1 O trâmite da documentação de rotina entre as empresas e o COMAER será realizado por meio do GAC (quando ativado), para os projetos sob a responsabilidade do SDDP.

5.3 CASOS NÃO PREVISTOS

5.3.1 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Diretor-Geral do DEPED.

DISTRIBUIÇÃO:

EMAER.....	1
DEPED.....	1
COMGAP.....	1
COMGAR.....	1
COMGEP.....	1
DEPENS.....	1
CTA.....	1
SDDP.....	1
DAFC.....	1
GEPP3BR	1
GEPAMX.....	1
GEPF5BR.....	1
GEPCLX/CHX.....	1
GEPFX.....	1
GEPALX.....	1
GEPSIS/SENS.....	1
GAC-EMBRAER.....	1
GAC-RADAR.....	1